

O DESMONTE (*POLICY DISMANTLING*) COMO UM TIPO PARTICULAR DE MUDANÇA DE POLÍTICA PÚBLICA

Silvia A. Zimmermann (Universidade Federal da Integração Latino Americana/UNILA)

Maria Alejandra Nicolás (Universidade Federal da Integração Latino Americana/UNILA)

Eixo temático: 13. Administración y Políticas Públicas

Trabajo preparado para su presentación en el XI Congreso Latinoamericano de Ciencia Política (ALACIP), organizado conjuntamente por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política y la Asociación Chilena de Ciencia Política, Santiago, Chile, 21, 22 y 23 de julio 2022

Resumo: A discussão sobre o desmonte (*policy dismantling*) na ciência política tem sido abordada como um tipo particular de mudança de política pública. Esta abordagem refere-se às estratégias, condições e causas que levam os políticos a mudarem certas políticas públicas. O conceito se distancia da ideia de extinção de uma política pública, na medida em que esta continua a existir, porém, com mudanças que enfraquecem sua implementação. O fenômeno de desmonte de políticas públicas tem sido verificado em diferentes países da América Latina, havendo estudos sobre o caso argentino e brasileiro, por exemplo, o que contribui para que a referência analítica de desmonte seja abordada para se entender o que ocorre na região. A partir da análise de dados bibliométricos de artigos sobre países latino americanos disponibilizados na plataforma Scielo e DOAJ, este documento resgata a construção teórica sobre os temas da mudança e desmonte (*policy dismantling*) de política pública na ciência política, e como estes temas têm aparecido nos estudos Latino Americanos. Como resultado é apresentada uma síntese dos conceitos e tipos ideais analíticos para compreender o desmonte das políticas públicas, assim como a aplicação destes conceitos na literatura Latino Americana e suas contribuições para a literatura internacional.

Palavras-chave: mudança de política pública, desmonte (*policy dismantling*) de política pública, América Latina.

Introdução

A discussão sobre o desmonte (*policy dismantling*) na ciência política tem sido abordada como um tipo particular de mudança de política pública. Esta abordagem refere-se às estratégias, condições e causas que levam os políticos a mudarem certas políticas públicas. No

dicionário *Michaelis on line* (2022), a palavra mudança é considerada um substantivo feminino que significa: i) ação ou efeito de mudar; muda, mudamento; ii) ação ou efeito de fazer passar ou transportar alguém ou alguma coisa de um lugar para outro; iii) os móveis e todos os outros objetos que são transferidos de uma moradia para outra; iv) família ou pessoa que se muda; v) variação das coisas de um estado para outro; vi) modificação ou alteração de sentimentos, ideias ou atitudes; vii) alteração ou variação climática decorrente das estações do ano ou das condições meteorológicas; viii) substituição de alguém ou de algo por outro; ix) caixa de câmbio; x) no estado da Bahia significa, também, cortejo improvisado, de cunho carnavalesco, com música e dança, que se realiza nas transferências das festas de largo de um local para outro ou cortejo com características semelhantes que sai durante o carnaval, geralmente com críticas de caráter político. As várias explicações convergem para a ideia de uma alteração de uma situação em outra ou de um lugar para outro.

Se de um lado mudar uma política pública é um processo natural de uma busca contínua de formas de solução para os problemas públicos, de (re)adequar objetivos e investimentos, sejam eles de infraestrutura, recursos humanos e monetários, por outro lado a mudança simboliza ruptura com padrões existentes com proposição intencional de mudança de rota das ações em questão, portanto, não necessariamente representa continuidade inclusive na leitura de um problema público e de como tratá-lo. Neste sentido, para entendermos a mudança nas políticas públicas precisamos refletir sobre as diferentes formas de interpretação aderidas às mudanças observadas e como os autores da ciência política traçaram teorias explicativas sobre seus significados, formatos e possibilidades, em sistemas políticos complexos, apresentando diferentes atores políticos, que se combinam em relações de coalizão em diferentes momentos político, em que por vezes existem alguns laços mais perenes e outros mais pontuais, que são determinantes no (re)estabelecimento dos rumos das políticas públicas.

Nota-se que o conceito de desmonte como um tipo particular de mudança de política pública se distancia da ideia de extinção de uma política pública, na medida em que esta continua a existir, porém, com alterações que enfraquecem sua implementação. Já o fenômeno de desmonte de políticas públicas tem sido verificado em diferentes países da América Latina, havendo estudos sobre o caso argentino e brasileiro, por exemplo, o que contribui para que o conceito de desmonte seja utilizado para se entender o que ocorre na região (SABOURIN et al, 2020; SABOURIN, CRAVIOTTI e MILHORANCE, 2020).

O presente artigo tem por objetivo mostrar como o tema da mudança e do desmonte das políticas públicas tem sido tratado nos estudos acadêmicos na região. É mais um produto de uma pesquisa mais ampla, intitulada “Políticas públicas no rural contemporâneo em tempos de austeridade”, com coordenação de pesquisadores da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), e participação de pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA) e da Universidade Federal Fluminense (UFF). Integra uma série de estudos que buscam entender e discutir o fenômeno do desmonte de políticas públicas para o rural brasileiro e latino americano.

A pesquisa foi realizada partir da análise de dados bibliométricos de artigos sobre países latino americanos disponibilizados na plataforma SCIELO e DOAJ, e tem por objetivo identificar a construção teórica sobre os temas da mudança e desmonte (*policy dismantling*) de política pública na ciência política, e como estes temas têm aparecido nos estudos Latino Americanos. Entre os conceitos selecionados para mapear os artigos destacamos: i) austeridade fiscal; ii) desmantelamento; iii) desmonte de políticas públicas (*policy dismantling*); iv) descontinuidade de políticas públicas; v) desconstrução de políticas públicas; vi) desregulação (*deregulation*); vii) retração (*retrenchment*) - com suas traduções para o espanhol. Como resultado foram identificados 892 artigos, dos quais apenas 13 atendiam aos critérios desta pesquisa para serem analisados e debatidos.

Além desta introdução, este artigo propõe quatro outros itens. No primeiro apresentamos algumas abordagens teóricas que tratam de mudança nas políticas públicas. No segundo avançamos na discussão do referencial teórico do desmonte (*policy dismantling*), como um tipo particular de mudança de política pública. No terceiro e quarto apresentamos detalhes da metodologia utilizada e resultados encontrados. No quinto temos as considerações finais, em que apresentamos uma síntese das reflexões realizadas. Por fim, temos as referências bibliográficas utilizadas.

1. As abordagens de mudança nas políticas públicas

O estudo da mudança na análise de política pública refere-se a indagar e caracterizar aquilo que se modifica na própria política, portanto, interessa estudar o objeto, o grau e os efeitos da mudança (HOEFFLER et al, 2019). Um dos estudos seminais da literatura que aborda

a questão das mudanças, especialmente, na análise comparada de políticas públicas é estudo de Hogwood e Peters (1982), que sustentam que a maior parte da formulação das políticas é, de fato, uma sucessão de políticas públicas, isto é, a substituição de um programa existente por outro, porém, a partir de uma estrutura pré-existente. A literatura que se interessa por analisar a mudança de política pública busca analisar: i. o objeto, o grau e os efeitos da mudança; ii. a mudança institucional ou de atores; iii. os instrumentos de política pública e as ideias (BOUSSAGUET, JACQOT e RAVINET, 2019).

Portanto, a partir dos focos de interesse sobre a mudança de política pública, na literatura de ciência política podem ser mapeadas várias abordagens, uma destas perspectivas focaliza no papel dos atores e no processo de tomada de decisão. Com destaque para os trabalhos de autores clássicos da política pública, como o trabalho de Lindblom (1959) que aborda a tomada de decisão incremental. O modelo destaca as limitações do tomador racional de decisões e o caráter político do processo de produção de políticas (DENHARDT e CATLAW, 2017; MARQUES e FARIA, 2013).

Outro dos trabalhos clássicos que aborda a mudança, a partir da análise dos atores, é o trabalho de múltiplos fluxos de Kingdon (2014), que formulou na década de 1980 um modelo para explicar a montagem da agenda pública, com base em suas pesquisas sobre a iniciação de políticas no Congresso dos Estados Unidos. Para este autor a mudança de agenda pública é resultado da confluência de três fluxos, que operam em trajetórias diferentes - problemas, políticas públicas e política - resultando na abertura de janelas políticas, quando suas trajetórias se cruzam ou são aproximadas pelas atividades de empreendedores que interconectam os problemas, as soluções e as oportunidades (CAPELLA, 2018).

Um diálogo entre as duas abordagens já mencionadas é realizado pelo modelo do equilíbrio interrompido (*Punctuated Equilibrium*), desenvolvido por Frank Baumgartner e Bryan Jones nos anos de 1990, que entende que os processos políticos são normalmente caracterizados por estabilidade e incrementalismo, pontuado ou interrompido, ocasionalmente, por mudanças de larga escala, em que períodos de estabilidade e crises se alternam e geram mudanças (CAPELLA, 2006). A abordagem dos autores busca explicar os momentos de descontinuidades ou interrupções (*punctuations*) e de continuidades (*stasis*) das políticas, argumentando que o mesmo sistema institucional gera as mudanças pequenas e graduais e as grandes rupturas (ARAÚJO e RODRIGUES, 2017).

Outra abordagem que foca a mudança são as dimensões cognitivas da ação pública¹, especialmente, o papel das ideias. Na produção da ciência política francesa, ao manter uma relação próxima com o campo da sociologia e da história, as abordagens cognitivas têm ocupado um papel central na análise de política pública (TOMAZINI, 2018). As abordagens cognitivas investigam o peso exercido pelas normas sociais, em termos amplos, nas políticas públicas e, em particular nos comportamentos sociais. Especificamente, mencionamos dois trabalhos que tiveram como interesse analisar as mudanças das políticas públicas sob essa perspectiva, por um lado, a expressão genérica que integra os paradigmas (HALL, 1993) e, por outro, os sistemas de crenças do modelo *Advocacy Coalition Framework* (ACF), originalmente desenvolvido por Paul Sabatier e Hank Jenkins-Smith na década de 1980 (MULLER, 2008).

O trabalho de Peter Hall (1993) que, aborda a natureza da aprendizagem social e o processo pelo qual as políticas mudam, preparou o terreno para inúmeros estudos empíricos de mudança de política, que adotam uma abordagem qualitativa e quantitativa (TOSUN e SCHNEPF, 2020). O autor investiga a formulação de políticas macroeconômicas na Grã-Bretanha, durante os anos 1970-1989, onde o pano de fundo identificava oscilações entre paradigmas de inspiração keynesiana e monetarista. O autor, para isso, distingue três níveis de mudança: 1. diz respeito à alteração nas configurações dos instrumentos básicos da política, “[...] processo pelo qual configurações do instrumento são alteradas à luz da experiência e novos conhecimentos, enquanto o objetivo geral e instrumentos de política permanecem os mesmos”. (HALL, 1993, p. 278); 2. refere-se a alteração nos instrumentos de política, bem como suas configurações, são alterados em resposta a experiências do passado recente, embora os objetivos gerais da política permaneçam os mesmos, e, finalmente, 3. acontece quando tanto os próprios instrumentos, suas configurações e os objetivos da política são alterados. Por outro lado, o *Advocacy Coalition Framework* (ACF) surgiu de uma insatisfação com as teorias políticas então contemporâneas e, em particular, aos impedimentos associados ao ciclo de políticas públicas no avanço do conhecimento sobre o processo político (WEIBLE e JENKINS-SMITH, 2016). O ACF explica as mudanças de políticas públicas a partir do papel das coalizões promotoras na desestabilização dos sistemas de crenças (BERNARDINO, 2021). Isso acontece pelo fato de os indivíduos serem dotados de uma racionalidade limitada e, portanto, tendem a simplificar o mundo que os cerca através de um sistema de crenças. O ACF

¹ A ideia de ação pública remete à análise da política pública, a partir de cinco variáveis interrelacionadas: 1) atores (individuais ou coletivos); 2) representações (marcos normativos e cognitivos); 3) instituições (normas que orientam a ação); 4) processos (resultado da combinação das variáveis anteriores); 5) Resultado (efeitos nas organizações e comportamento, e no problema a ser resolvido) (LASCOUMES e LE GALÈS, 2014).

classifica as mudanças de políticas públicas tanto em função das mudanças significativas externas (por exemplo, nas condições econômicas e sociais) ou internas ao subsistema da política. O impacto dessas mudanças pode ocasionar alteração na distribuição dos recursos políticos, como financeiros ou de apoio da opinião pública, isto pode levar à substituição da coalizão dominante; quanto, também, ao que se refere ao aprendizado orientado à política e acordos negociados entre coalizões rivais (MA e VIEIRA, 2020).

E, por último, cabe destacar as abordagens de mudança de política pública a partir da perspectiva neo-institucionalista, que priorizam o estudo da estabilidade e mudança das instituições, sendo esta última resultado de crises exógenas ao próprio sistema. A política comparada tem recorrido ao conceito de *path dependence* para auxiliar a compreensão das trajetórias das políticas econômicas dos países (FERNANDES, 2002). Por outro lado, o estudo de Mahoney e Thelen (2009) propõem uma teoria de mudança institucional gradual, com destaque para os processos de mudança e estabilidade e, para isso, o foco é colocado nas lutas, na distribuição de poder e nos arranjos institucionais vigentes. Outra das abordagens, que diz respeito, especificamente, ao foco de interesse do presente artigo, é justamente, a discussão sobre o desmonte (*policy dismantling*) dos autores Adam *et al* (2007), Bauer (2009), Bauer e Knill (2014) que, tem sido abordada como um tipo particular de mudança de política pública. O foco de interesse é investigar o comportamento das elites políticas, e em que medida, este é moldado pelas instituições e os contextos políticos. Em última instância, o foco é a decisão dos atores e as estratégias de desmonte.

No Quadro 01 apresentamos de forma resumida as principais abordagens discutidas ao longo desta parte do artigo. Na próxima seção será discutida em detalhe a perspectiva do desmonte desenvolvida pelos autores.

Quadro 01: Síntese das principais abordagens e os principais autores vinculados ao tema de mudança nas políticas públicas

Enfoques	Principais perspectivas sobre mudança nas políticas públicas	Principais autores
Papel dos atores e processo de tomada de decisão	Tomada de decisão incremental Múltiplos fluxos Equilíbrio interrompido (<i>Punctuated Equilibrium</i>)	Charles Lindblom (final dos anos de 1950) John Kingdon (década de 1980) Frank Baumgartner e Bryan Jones (década de 1990)
Dimensão cognitiva e Ação pública	<i>Advocacy Coalition Framework (AFC)</i> <i>Paradigmas e níveis de mudança</i>	Paul Sabatier e Hank Jenkins-Smith (década de 1980) Peter Hall (início dos anos de 1990)
Neoinstitucionalista	<i>Path dependence</i> <i>Policy dismantling</i>	Mahoney e Thelen (final dos anos de 2000) Adam <i>et al</i> (2007), Bauer (2009), Bauer e Knill (2014)

Fonte: elaboração própria (2022).

2. O desmonte (*policy dismantling*) como um tipo particular de mudança de política pública

Nota-se que a discussão sobre mudança nas políticas públicas, como vimos no item anterior, abrange diferentes etapas do ciclo das políticas públicas, pois estas mudanças podem ocorrer em diferentes momentos. Neste sentido, as teorias sobre mudança identificadas aparecem vinculadas a momentos específicos no *policy cycle* em que destacamos o momento da entrada do tema na agenda, da tomada de decisão ou da extinção de uma política pública (JANN e WEGRICH, 2007).

Adam et al. (2007), Bauer (2009), Bauer e Knill (2014) elaboram a teoria de desmonte (*policy dismantling*) como um tipo particular de mudança de política pública. Os autores propõem um modelo analítico com foco no estudo das condições, estratégias e causas da mudança, que não estava presente nas discussões teóricas sobre extinção de políticas públicas. A perspectiva destes autores busca distinguir o término das políticas e outras formas de mudança de política, como o desmonte ou mudança organizacional (BAUER, 2009).

Este autor se questiona onde fica o limite entre mudança, renovação e término das políticas públicas, visto que as experiências dos modernos Estados de Bem Estar Social europeus estavam sujeitas a um processo contínuo de mudança, em sua maior parte incremental, contudo, notavam-se particularidades que não eram captadas pelas teorias até então elaboradas (BAUER, 2009). Para o autor, por um lado a análise política contemporânea deve buscar compreender a suposta ligação entre o aumento da incapacidade de governança e o desmantelamento malsucedido de tarefas, e por outro, buscar realizar uma categorização teórica sistemática do fenômeno da extinção da política (como bem-sucedido ou impedido).

Estas ideias contribuem para a elaboração da teoria do desmonte, que trata da mudança em um momento específico do ciclo, que não é exatamente uma extinção, tampouco uma ação incremental apenas, mas mescla formas de tratamento discutidos até então no âmbito das teorias de mudança, sobretudo buscando entender as possíveis motivações dos atores políticos quando estes executam um desmonte. Isso porque os autores compreendem que a estrutura analítica para entender o desmonte não deve estar focada apenas nas políticas públicas em si, mas nos políticos, como estes optam por realizar ou não o desmonte, e quais estratégias caracterizam o desmonte.

A teoria sobre o desmonte é descrita no documento “*Understanding policy Dismantling: an analytical framework*”, elaborado por Bauer e Knill (2014) que propõe que este tipo particular de mudança pode ocorrer por expansão da política pública (em que novas políticas são adicionadas às existentes, ocorre um aumento no número de instrumentos e restrição em níveis regulatórios), quanto pode ocorrer por desmonte (quando a política existente é extinta, ocorre a redução no número de instrumentos e se estabelecem fracos ou inexistentes níveis regulatórios).

As estratégias utilizadas pelos atores políticos para promover esta mudança particular pode ocorrer de formas diferentes e afetam as políticas públicas em termos de densidade e

intensidade, em que detalham indicadores para mensurar estas variações. O desmonte na densidade implica até que ponto uma determinada área de políticas públicas é tratada pelas atividades governamentais e, também, a diferenciação interna de um determinado campo, subcampo ou item de política, que resumidamente trata da redução do número de políticas públicas e dentro destas políticas públicas, no número de instrumentos mobilizados.

Já a intensidade do desmonte pode ser percebida pela condição substancial e formal do desmonte, em que a intensidade substancial refere-se ao nível e ao escopo da intervenção governamental, basicamente o nível dos ajustes, se mais rigorosos ou mais brandos, se os efeitos das alterações tornaram-se crescentes ou decrescentes nos resultados da política pública; e a intensidade formal é definida pela capacidade de execução de uma política pública, e implica a redução no número de beneficiários (focalização forçada), nos recursos orçamentários e humanos e no número (criação e extinção) de organizações vinculantes. Neste sentido, as capacidades administrativas são relevantes tanto para as políticas regulatórias quanto para as não regulatórias, e implicam o número e peso político das agências envolvidas (e desmontadas), e a redução dos participantes nas decisões das políticas públicas.

Bauer e Knill (2014) explicam que este tipo particular de mudança exercido no desmonte é resultado de escolhas realizadas pelos políticos, que se subentende tem como “meta referência” permanecer no cargo nas próximas eleições. Estas escolhas são, também, mediadas por diferentes fatores que afetam os políticos na escolha pela melhor relação custo/benefício: os fatores externos e / ou condições macro prevalentes, como crescimento econômico ou a disseminação transnacional de certas ideias, que podem ser muito específicas para cada caso e, portanto, difíceis de teorizar antecipadamente; as oportunidades e restrições institucionais decorrentes do sistema político; e os fatores situacionais.

Neste sentido, os políticos podem querer ocultar ou divulgar o que estão fazendo, em função das alianças e possíveis ganhos e perdas políticas resultantes. É a partir desta compreensão que Bauer e Knill (2014) propõem quatro tipologias para o desmonte, que apresentamos de forma bem resumida: i) desmonte por padrão, que representa uma não decisão pelo desmonte, tem baixa visibilidade, e atrai menos atenção política; ii) desmonte por mudança de arena, fruto de uma decisão ativa pelo desmonte, mas é considerada de baixa visibilidade, já que mantém parcialmente a institucionalidade e pode não ser óbvio para os atores beneficiários da política pública; iii) desmonte por ação simbólica, de alta visibilidade, quando os atores políticos deliberadamente declaram suas intenções de desmontar as políticas

existentes, contudo as declarações políticas não levam a resultados necessariamente, e por isso é simbólico; iv) desmonte ativo, que evidencia uma decisão de desmonte dos políticos e tem alta visibilidade, sendo que os políticos não apenas querem ser reconhecidos pelo desmonte, mas podem realmente querer desmontar a política pública, muitas vezes devido as suas referências ideológicas, que os levam a acreditar que o desmonte é a melhor solução para o problema público em questão.

Para Bauer e Knill (2014) a estratégia de desmonte escolhida pelos atores políticos será aquela em que os benefícios do desmonte sejam maiores que os custos implicados, mediados por vários fatores externos que podem ser concebidos como oportunidades e / ou restrições políticas, em que os momentos de crises financeiras públicas, pressões internacionais e / ou supranacionais, tipo de política, política partidária e estágio do ciclo eleitoral, são os principais fatores geradores de oportunidades desse tipo particular de mudança.

3. Procedimentos metodológicos

Esta seção apresenta os procedimentos metodológicos empregados no levantamento de artigos publicados em periódicos de países latino-americanos, sobre a temática mais ampla do desmonte disponibilizados nas plataformas SCIELO e DOAJ (2000-2022), que são as bases abertas em cobertura de revistas brasileiras e de países latino-americanos e que, também, disponibilizam metadados qualificados, através da plataforma do *Dimensions*².

Para realizar a coleta dos artigos, e tendo em vista experiência em estudo anterior que realizamos (NICOLÁS e ZIMMERMANN, 2021), utilizaram-se os seguintes termos que sinalizam o tema em tela neste artigo: “austeridade fiscal” OR “desmantelamento” OR “desmonte de políticas públicas” OR “descontinuidade de políticas públicas” OR “desconstrução de políticas públicas” OR “desregulação” OR “retração”, como suas traduções ao espanhol.

A identificação dos artigos no banco de dados considerou o período de janeiro de 2000 até junho de 2022, abrangendo tempo amplo, de mais de duas décadas, por entendermos que assim seria possível perceber o tratamento da temática que focamos nesta pesquisa ao longo de diferentes governos na região, haja visto que nos países latino-americanos se sucederam

² Para maiores informações, consultar: <https://app.dimensions.ai>

governos de esquerda e direita do espectro partidário ao longo desses anos³ gerando janelas de oportunidades para mudanças nas políticas públicas. A literatura tem apontado a década de 2000 como uma guinada à esquerda, onde em vários países da região se elegeram lideranças de esquerda e, logo, houve experiências de governos mais próximos da direita do espectro partidário (FRIEDMAN, ROSSI e TABBUSH, 2020).

A partir dos parâmetros elencados, foram coletados 892 artigos. Na sequência, verificou-se por meio da leitura de todos os resumos aqueles que não tratavam sobre a temática pesquisada. Filtraram-se apenas aqueles em formatos de artigos científicos publicados em revistas científicas. Posteriormente, do total, apenas 13 artigos em português foram incluídos no banco de dados para a análise, pois a maioria não discorria sobre nenhum dos parâmetros da pesquisa. A identificação de inúmeros artigos que mencionam os termos selecionados na pesquisa, mas que em sua essência não apontam claramente teorias correlacionadas e aprofundam este debate vem de encontro com pesquisa realizada pelas autoras anteriormente (ZIMMERMANN e NICOLÁS, 2021). Nesta pesquisa anterior, embora o escopo tenha sido mais reduzido, pois a busca foi realizada na plataforma do *google academics*, onde foram selecionados textos em português, espanhol e inglês que tivessem utilizados as citações de Bauer et al. (2014) e Bauer e Knill (2014), também notamos um número significativo de artigos, que ao serem lidos os resumos, não identificamos teorias implicadas e aprofundamento no debate do referencial teórico em tela. Na ocasião, destacamos que foram identificadas oito (08) citações do livro de Bauer et al (2014) e seis (06) citações de Bauer e Knill (2014)⁴ (ZIMMERMANN e NICOLÁS, 2021).

Portanto, se considerarmos os resultados da pesquisa anterior acima mencionada e, os resultados coletados neste artigo, notamos que o quadro teórico sobre o desmonte tem sido pouco utilizado para explicar a realidade dos países latino-americanos. Inclusive, a discussão de extinção e terminação de políticas públicas que surge na ciência política, ainda no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980 (BARDACH, 1976; DE LEON, 1983), que antecede a proposta analítica do *policy dismantling*, também é muito recente na literatura latino-americana. Ainda, não constatamos que as reflexões sobre o desmonte de políticas públicas vêm ocorrendo a partir de outras referências e noções, de modo geral, mesmo que mais amplas e não necessariamente no campo da *policy dismantling*, *policy change* e *policy termination*.

³ A coleta dos artigos nas plataformas foi realizada durante o mês de maio de 2022.

⁴ O recorte temporal foi de 2010 a 2020.

Através dessa revisão, foi elaborado um protocolo de leitura dos artigos com o intuito de analisar os autores, temáticas abordadas, objetos de estudo, assim como as referências bibliográficas utilizadas pelos autores.

4. Análise dos artigos encontrados

A totalidade de artigos analisados são de revistas brasileiras e publicações em português, portanto, não encontramos artigos de outros países da América Latina que tratam da teoria do desmonte. Isto, por um lado, pode apontar a falta de discussão e aplicação dessa teoria nos estudos sobre a região, ou bem, a necessidade de pesquisar outras plataformas de bases de dados, tal como Latindex⁵.

Como observamos no Quadro 2, a seguir, os 13 artigos analisados correspondem a publicações compreendidas entre o ano de 2017 e 2022 em periódicos brasileiros⁶. Portanto, é possível apontar duas questões: i) a temática mais ampla do desmonte de políticas públicas na literatura brasileira é recente e, ainda pouco presente no debate acadêmico, a partir das fontes consultadas; ii) o período de publicação dos artigos acompanha o processo político recente no Brasil, o que em certa medida, tem gerado uma agenda de pesquisa focada na temática.

No caso brasileiro, destacamos que a presidenta Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores) sofreu impeachment/golpe (jurídico, parlamentar e midiático) no ano de 2016, sendo que o vice-presidente Michel Temer (PMDB) assumiu a presidência nesse mesmo ano. Durante a presidência de Temer, cabe destacar a aprovação da Emenda à Constituição 95 (EC 95) que impôs um teto ao aumento dos investimentos públicos pelos próximos vinte anos, sendo que esta medida teve impacto na construção do orçamento público, especificamente, pela limitação na capacidade de investimento e incentivo ao crescimento econômico e promoção do bem-estar social (ROSSI, DWECK e OLIVEIRA, 2018). De certa forma, o orçamento público é construído sem uma equalização dos desequilíbrios históricos, como o peso da dívida pública, economias informais, sistemas tributários regressivos e outros (NICOLÁS e GAITÁN, 2021).

⁵ O Latindex (Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal) é um sistema de informação dedicado ao registro e difusão de revistas acadêmicas editadas nos países Ibero-americanos: <https://www.latindex.org/latindex/inicio>

⁶ Relação de periódico que identificamos artigos nesta pesquisa: Revista Linhas; ID on line Revista Multidisciplinar e de Psicologia; Políticas Culturais em Revista Geografares; Psicologia da Educação; Revista de Políticas Públicas e Gestão Educacional (POLIGES); Revista Prelúdios; Lua Nova Revista de Cultura e Política; Uniletras; Cadernos PROLAM/USP; Agricultura Familiar Pesquisa Formação e Desenvolvimento; Revista Brasileira de Educação; Trabalho Educação e Saúde.

Outra medida a destacar foi a Reforma Trabalhista no ano de 2018 que, trouxe mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ao retirar direitos fundamentais dos trabalhadores, o que apenas tem agravado a crise do emprego e renda no país⁷.

Na sequência, o governo de Jair Bolsonaro (2019) assume a presidência pautado pela lógica de reverter direitos e desmontar arranjos institucionais construídos de forma incremental, a partir da reforma da Constituição, no ano de 1988 no Brasil (ARRETCHE, MARQUES e FARIA, 2020). Na área ambiental foram promovidas alterações na estrutura do Ministério do Meio Ambiente (MMA), houve enfraquecimento da capacidade de fiscalização e de imposição de sanções de órgãos ambientais, especialmente na região da Amazônia, que vem sofrendo desmatamento e incêndios recordes (BRZEZINSKI, 2021). Lembramos que o próprio Bolsonaro emitiu o seguinte discurso no segundo ano de seu mandato: “O Brasil não é um terreno aberto onde nós pretendemos construir coisas para o nosso povo. Nós temos que desconstruir muita coisa. Desfazer muita coisa. Para depois nós começarmos a fazer. Que eu sirva para que, pelo menos, eu possa ser um ponto de inflexão, já estou muito feliz” (Jair Bolsonaro, Presidente do Brasil, 17 de março de 2020, jantar com lideranças conservadoras em Washington, EUA).

Em meio ao desmonte ativo, por padrão, de arena e simbólico nas políticas públicas para inúmeras áreas que vivenciava o país, a crise sanitária, social e econômica gerada pela pandemia da Covid-19 impôs ao governo federal relaxar medidas de restrição de gastos: “[...] Medidas fiscais substantivas foram adotadas - ou enfiadas goela abaixo pelo Congresso -, provocando um curto-circuito no bolsonarismo”. (CARVALHO, 2020, p. 11). No início da pandemia foi aprovado um orçamento especial, a Emenda Constitucional 106 que propiciou gastos do governo federal no enfrentamento da Covid-19, especificamente, este tipo de gasto foi separado do Orçamento Geral da União. Portanto, a descrição da realidade brasileira recente, nos termos das restrições econômicas, demanda por austeridade fiscal, descontinuidade de políticas públicas, evidencia um cenário propício para debater a temática do desmonte e da mudança discutida neste artigo.

⁷Para um aprofundamento dos impactos sociais, jurídicos e econômicos da reforma trabalhista, consultar Filgueiras et al., 2019; Krein et al., 2019a; Krein et al., 2019b.

A seguir é apresentada a análise dos artigos encontrados, por meio da discussão da temática abordada, as políticas públicas foco de análise, assim como pelas referências utilizadas para o estudo do fenômeno de mudança nas políticas públicas (Quadro 02).

Quadro 2: Síntese dos artigos encontrados que tratam do tema do desmonte, período 2017-2022.

Nº	Título dos Artigos científicos encontrados	Termo identificado	Setor da política pública	Ano	Autores
1	O desmonte da educação do campo no nordeste brasileiro: diagnóstico, mapeamento e análise do fechamento de escolas do campo no estado do Piauí	Desmonte	Educação no campo	2017	BORGES, D. G.
2	A continuidade e a descontinuidade de políticas na gestão municipal de Petrolina-PE	Continuidade e Descontinuidades	Políticas públicas municipais	2019	ARAÚJO, A. W. S.; SOUZA, K. M. N.
3	Política cultural no Brasil: retrocessos, resistência e reexistência	Descontinuidades	Política cultural	2019	MOTA, T.; MOREIRA, O.
4	Território Vale do Piranhas- PB: avanços, descontinuidade e desmonte das políticas públicas de desenvolvimento territorial	Descontinuidade; Desmonte	Políticas territoriais rurais	2020	OLIVEIRA, A. A.; SANTOS, S. C. M.
5	Mas ele tem laudo! Implicações do decreto 10.502/2020 no desmonte das políticas públicas para a educação inclusiva	Desmonte	Educação inclusiva	2020	ALMEIDA, L. R.; ANTUNES, M. A. M.; MAGALHÃES, L. O. R.; SANTOS, R. C.
6	Monitoramento e avaliação do plano municipal de educação de Iguatuba: do golpe de 2016 ao contexto do covid-19	Descontinuidades	Educação	2020	NOVAIS, E. S. P.; MENDONÇA, D. F. C.
7	Desmonte das políticas públicas, retração dos direitos trabalhistas e a intervenção do serviço social durante a pandemia da covid-19: desafios e resistências!	Desmonte	Assistência Social	2021	VIEIRA, J. B.
8	Paradigmas, mudanças institucionais e desmantelamento de políticas públicas na reunião especializada de agricultura familiar do Mercosul	Desmantelamento	Agricultura familiar	2021	GRISA, C.; NIEDERLE, P. A.
9	“Novo ensino médio. Quem conhece aprova!?”: derivas de sentidos em um discurso de (des) aprovação	Desmonte	Educação	2021	SANTOS, S. N.; NASCIMENTO BORBA, F. V.; LIMA, J. R.; FERREIRA, D. B.

10	Políticas de transferência de renda e de assistência no Brasil: descontinuidades recentes e os desafios colocados pela Covid-19	Descontinuidade	Proteção Social	2021	SIMONI, S.
11	O desmonte das políticas públicas para a agricultura familiar e a nova agenda governamental	Desmonte	Agricultura familiar	2021	PERIN, G
12	As transformações recentes no programa de reabilitação profissional do INSS	Desmonte; Desmantelamento; Desestruturação	Previdência Social	2021	KULAITIS, F.; SILVA, K. C.
13	Muda o governo, mudam as políticas? O caso da política nacional de educação especial	Descontinuidades	Educação	2022	ROSA, J. G. L.; LIMA, L. L.

Fonte: autoria própria, 2022.

*temas pesquisados: “austeridade fiscal” OR “desmantelamento” OR “desmonte de políticas públicas” OR “descontinuidade de políticas públicas” OR “desconstrução de políticas públicas” OR “desregulação” OR “retração”, como suas traduções ao espanhol.

Para a análise separamos os artigos por setores de política pública que tratam: i) políticas para educação (do campo e inclusiva), que contaram com cinco (05) artigos; ii) políticas sociais (Previdência, Proteção e Assistência), que contaram com três (03) artigos; iii) rural e agricultura familiar, que contaram com três (03) artigos; iv) política pública municipal e política pública cultural, temáticas que tiveram um (01) artigo cada uma.

Em relação à política educacional, destacamos que o artigo de Borges (2017) discute o desmonte da política educacional do campo a partir de um estudo quantitativo da redução das escolas no meio rural e o debate teórico está centrado no tema da educação do campo; o artigo de Almeida et al. (2020) que trata do desmonte da educação inclusiva, descreve um relato de experiência para comprovar as dificuldades associadas à política desse setor. Este artigo não está assentado em uma teoria em específico, muito embora apresente um debate sobre alunos excepcionais e especificidades desta educação; o artigo de Novais e Mendonça (2020), que trata do monitoramento e avaliação do plano municipal de educação de Iguai, Bahia, apresenta dados de pesquisa documental e entrevistas para comprovar mudanças correntes na realidade local, sendo assentado em autores que tratam de crises políticas no Brasil e seu impacto na educação; o artigo de Santos et al (2021) discute as mudanças que deram origem ao novo ensino médio no país, a partir de autores que discutem políticas educacionais, sendo que a metodologia da pesquisa empregou a análise dos efeitos discursivos presentes em propagandas governamentais, e análise de mudança em leis e decretos para a educação; por fim, o estudo de

Rosa e Lima (2022), que trata do desmonte da política nacional de educação especial é o que mais se aproxima das abordagens que tratamos em seções anteriores, pois descreve o processo observado a partir de diferentes contextos políticos e das mudanças institucionais, utilizando a referência de Mahoney e Thelen (2009).

As reflexões sobre desmonte, descontinuidades, desmantelamento e desestruturação nas políticas sociais nos três artigos identificados tratam de temas de previdência, proteção e assistência social. No artigo de Vieira (2020), a partir de relatos de trabalhadores do serviço social é demonstrado o processo de desmonte dos direitos trabalhistas do setor, desafios e resistências correntes durante a pandemia da Covid-19. As referências analíticas utilizadas são do campo das políticas sociais; o artigo de Simoni Junior (2021) trata da implementação do Auxílio Emergencial no Brasil, a partir de modelos estatísticos aplicados ao nível municipal, seus desafios para o futuro de políticas permanentes de transferência de renda, trazendo como referencial teóricos que discutem a implementação de políticas de transferência social na América Latina; ainda o artigo de Kulaitis e Silva (2022) trata das transformações recentes no programa de reabilitação profissional do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em que os resultados revelam um processo de desestruturação do programa em seus documento legais, que se afasta de uma concepção multidimensional da saúde do trabalhador, ao mesmo tempo que a dimensão biológica se torna central. Nas referências teóricas são utilizados autores que tratam da saúde do trabalho. Resumidamente, na análise dos artigos para a temática social não identificamos autores do campo teórico das mudanças ou do desmonte discutidos na seção anterior.

O desmonte, desmantelamento e descontinuidades nas políticas para o rural e agricultura familiar nos três artigos encontrados analisam diferentes universos empíricos. O artigo de Oliveira e Santos (2020) trata de avanços, descontinuidades e desmonte das políticas territoriais rurais vivenciadas pelos sujeitos do campo no Território Vale do Piranhas na Paraíba, a partir de entrevistas com gestores públicos, beneficiários e representantes de organizações sociais. O referencial teórico é baseado na descrição da política de desenvolvimento territorial, mas nenhum em específico sobre o tema do desmonte; o artigo de Perin (2021) busca, a partir de revisão nas mudanças na legislação, em normas e orçamentos, evidenciar o processo de desmonte das instituições e políticas públicas para agricultura familiar no Brasil. As referências teóricas para análise são autores do campo da sociologia rural que tratam do tema do rural e das políticas públicas voltadas ao tema; por fim, o trabalho de Grisa

e Niederle (2021) aborda as mudanças institucionais e políticas de desmantelamento na Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul, a partir de referenciais teórico de autores da *policy dismantling*, como Jordan, Bauer e Green-Pedersen (2013), Bauer e Knill (2014), e do institucionalismo histórico, Mahoney e Thelen (2009), Pierson (2000), entre outros. Entre os trabalhos analisados, este é o que mais se aproxima dos referenciais descritos na seção anterior, no tratamento do tipo participativa de mudança nas políticas públicas.

Por fim, o artigo de Mota e Moreira (2019) trata do tema do desmonte da política cultural brasileira, descrevendo o processo de extinção do Ministério da Cultura e das mobilizações de resistência para manutenção de uma política cultural, ancorado em referenciais de estudos anteriores sobre políticas culturais no país; e o artigo de Araújo e Souza (2019) busca identificar continuidades e descontinuidades na ação do poder executivo municipal de Petrolina-PE, situado no Vale do São Francisco, utilizando referenciais da ciência política que explicam políticas públicas, continuidades e descontinuidades das organizações públicas, entre outros autores da administração pública. Nenhum destes artigos utilizam referenciais citados na seção anterior, sobre mudança ou desmonte de políticas públicas.

5. Considerações finais

Neste artigo discutimos a construção teórica sobre a temática de desmonte de políticas públicas (*policy dismantling*), como um tipo particular de mudança de política pública. Para isso, discutimos as principais perspectivas teóricas que abordam a mudança como foco de discussão na análise das políticas públicas. Ainda que de forma breve foi possível discorrer sobre os enfoques que privilegiam o papel dos atores e processo de tomada de decisão - tomada de decisão incremental de Charles Lindblom (1959); Múltiplos fluxos de John Kingdon (2014); Equilíbrio interrompido (*Punctuated Equilibrium*) a partir de Frank Baumgartner e Bryan Jones (década de 1990); a perspectiva que focaliza a dimensão cognitiva e ação pública - *Advocacy Coalition Framework* (AFC), disseminada por Paul Sabatier e Hank Jenkins-Smith (década de 1980); e os paradigmas e níveis de mudança de Peter Hall (1993); e também, a perspectiva neoinstitucionalista - *path dependence* de Mahoney e Thelen (2009); *policy dismantling* a partir de Adam *et al* (2007), Bauer (2009), Bauer e Knill (2014).

Na sequência, discutimos com mais detalhe a perspectiva objeto deste estudo, a *policy dismantling*. O modelo analítico prioriza o estudo das condições, estratégias e causas da

mudança, que não estavam presentes nas discussões teóricas sobre extinção de políticas públicas desenvolvidas nos anos de 1970, quando diferentes políticas sociais que compõem o Estado de Bem Estar Social passaram a ser questionadas na Europa. Apresentamos um modelo teórico para analisar empiricamente o desmonte, a partir das dimensões de densidade e intensidade. Logo, descrevemos a tipologia dos tipos de desmonte empreendidos pelos atores políticos.

Por último, a partir de uma série de termos selecionados foram coletados artigos publicados em periódicos de países latino-americanos nas plataformas SCIELO e DOAJ (2000-2022), com o intuito de investigar a construção teórica sobre o desmonte (*policy dismantling*) de política pública na ciência política, e como estes temas têm aparecido nos estudos Latino Americanos. Foram encontrados 13 artigos que discorrem sobre a temática entre o ano de 2017 e 2022 em periódicos brasileiros. Portanto, algumas considerações podem ser realizadas: i) a necessidade de pesquisar em outras bases de dados, principalmente que concentrem publicações de revistas de outros países da região, além do Brasil. O intuito é verificar se incorporando outras bases, o número de publicações se incrementaria e, principalmente, a partir de estudos de outros países latino-americanos; ii) o período de publicação dos artigos coletados acompanha o processo político recente no Brasil, o que em certa medida, tem gerado uma agenda de pesquisa focada na temática. Caberia também, neste ponto, ampliar a coleta para artigos apresentados em Congressos, dissertações de mestrado e doutorado, com o fim de verificar se essa ponderação se reproduz em outro tipo de produção acadêmica; iii) a quase inexistente discussão teórica e empírica sobre a temática de desmonte de políticas públicas, a partir dos referenciais clássicos mencionados neste trabalho. Como verificado, apenas dois artigos acionam a literatura discutida sobre mudança de política pública e, ainda, apenas um destes artigos utiliza o referencial teórico de *policy dismantling*. Cabe destacar que o debate proposto pelos autores é recente no contexto internacional e, ainda, se pensarmos no contexto latino-americano, a obra “*Dismantling Public Policy*” (BAUER *et al*, 014), referenciada neste artigo, não possui tradução nas línguas espanhola e portuguesa. Dessa forma, acreditamos que o arcabouço teórico de Bauer *et al* (2014) poderia qualificar as discussões teóricas e empíricas sobre o fenômeno do desmonte de políticas públicas vivenciadas nos países latino-americanos, sendo vastas as possibilidades de análises nos países da região.

6. Referências bibliográficas

ADAM, C.; BAUER, M.; NILL, C.; STUDINGER, P. The Termination of Public Organizations: Theoretical Perspectives to Revitalize a Promising Research Area. *Public Organiz Rev*, V. 7, 2007.

ARAÚJO, L.; RODRIGUES, M. L. Modelos de análise das políticas públicas. *Sociologia, Problemas e Práticas [Online]*, n.º 83, 2017, pp. 11-35.

ARRETCHE, M.; MARQUES, E.; FARIA, C. A. P. *As políticas da política: desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e do PT (orgs.)* São Paulo: Editora Unesp, 2019.

BARDACH, E. Policy Termination as a Political Process, *Policy Sciences*, v.7, n.2, 1976.

BAUER, M. The Policy Termination Approach: Critique and Conceptual Perspectives. Lehrstuhl Politik und Verwaltung, *Working Paper Series*. Berlin: Humboldt University, 2009.

BAUER, M; KNILL, C. A Conceptual Framework for the Comparative Analysis of Policy Change: Measurement, Explanation and Strategies of Policy Dismantling. *Journal of Comparative Policy Analysis*, v. 16, n. 1, 2014.

BAUER, M. W.; JORDAN, A.; GREEN-PEDERSEN, C.; HÉRITIER, A. (Ed.). *Dismantling Public Policy: Preferences, Strategies, and Effects*. Editora Oxford University Press (UK), 2014.

BOUSSAGUET, L.; JACQOT, S.; AVINET, P. *Dictionnaire de politiques publiques*. Paris: Presses de Sciences Po, 2019.

BRZEZINSKI, M. L. N. L. O desmonte do patrimônio ambiental do Brasil: uma política pública do Presidente Bolsonaro. In: NICOLÁS, M. A.; GAITÁN, F. A. (Org.). *Desmonte do Estado e retração da cidadania: pensando alternativas de proteção social*. 1ed. Rio de Janeiro: INCT-PPED. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, 2021, v. 1, p. 96-151.

CAPELLA, A. C. N. *Formulação de Políticas Públicas*. Brasília: Enap, 2018.

CAPELLA, A. C. N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, BIB*, São Paulo, nº61, 1ºSemestre de 2006.

CARVALHO, L. *Curto-circuito: O vírus e a volta do estado*. São Paulo: Todavia, 2020.

DE LEON, P. Policy Evaluation and Program Termination. *Policy Studies Review*, v.2, n. 4, 631-647, 1983.

DENHARDT, R. B.; CATLAW, T. *Teorias da administração pública*. São Paulo: Centage Learning, 2017.

DICIONÁRIO MICHAELIS ONLINE. *Mudança*. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=mudan%C3%A7a> acesso em: 12.07.2022

MARQUES, E.; FARIA, C. A. P. *A política pública como campo multidisciplinar*. Rio de Janeiro: Coedição FIOCRUZ-Editora Unesp. Apoio: Centro de Estudos da Metrópole. 1ª edição 2013.

FERNANDES, A. S. A. Path dependency e os Estudos Históricos Comparados. *BIB - Revista Brasileira em Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 53, p. 79–102, 2002.

FILGUEIRAS, V. A.; LIMA, U. M.; SOUZA, I. F. de. Os impactos jurídicos, econômicos e sociais das reformas trabalhistas. *Caderno CRH*, v. 32, p. 231-252, 2019.

FRIEDMAN, E. J.; ROSSI, F.; TABBUSH, C. (coord.). *Género, sexualidad e izquierdas latinoamericanas: el reclamo de derechos durante la marea rosa [et al.]*. 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2020. Libro digital, PDF - (Grupos de trabajo)

HALL, P. A. Policy paradigms, social learning, and the state: the case of economic policymaking in Britain. *Comparative Politics*, v. 25, n.3, p. 275–96, 1993.

HOEFFLER, C.; LEDOUX, C.; PRAT, P. Changement. In: BOUSSAGUET, L.; JACQOT, S.; RAVINET, P. *Dictionnaire de politiques publiques*. Paris: Presses de Sciences Po, 2019.

HOGWOOD, B. W.; PETERS, B. G. The dynamics of policy change: policy succession. *Policy Sciences*, v. 14, n. 3, p. 225–45, 1982.

JANN, W.; WEGRICH, K. Theories of the Policy Cycle. In: FISCHER, F.; MILLER, G. J.; SIDNEY, M. S. *Handbook of public policy analysis: theory, politics, and methods* (Public administration and public policy; 125). Miami, EUA: CRC Press, Taylor & Francis Group, 2007.

KINGDON, J. W. *Agendas, Alter natives, and Public Policies*. Pearson Education Limited: London, 2014.

KREIN, J. D.; OLIVEIRA, R. V. de; FILGUEIRAS, V. A. As reformas trabalhistas: promessas e impactos na vida de quem trabalha. *Caderno CRH*, v. 32, p. 225-229, 2019a.

KREIN, J. D.; OLIVEIRA, R. V. de; FILGUEIRAS, V. A. (orgs). *Os impactos da Reforma nas condições de trabalho. Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade*. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2019b.

LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. *Sociología de la acción pública*. México: El Colegio de México, Centro de Estudios Demográficos, Urbanos y Ambientales, 2014.

LINDBLOM, C. E. The science of muddling through. *Public Administration Review*, v.19, n. 2, p. 79-88, 1959.

MA, J.; VIEIRA, D. M. Aprendizado e mudança em políticas públicas: explorando possibilidades no Modelo de Coalizões de Defesa. *Revista de Administração Pública*, v. 54, n. 6, p. 1672-1690, 2020.

MAHONEY, J.; THELEN, K. *Explaining Institutional Change Ambiguity, Agency, and Power*. UK: Cambridge University Press, 2009.

MULLER, P. *Les politiques publiques*. 7. ed. Paris: PUF, 2008.

NICOLÁS, M. A.; GAITÁN, F. A. (Org.). *Desmonte do Estado e Retração da Cidadania: Pensando alternativas de proteção social*. 1. ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, 2021.

NICOLÁS, M. A.; ZIMMERMANN, S. A. O Desmonte (*policy dismantling*) no campo da análise das políticas públicas. IN: NICOLÁS, M. A.; GAITÁN, F. (orgs). *Desmonte do Estado e Retração da Cidadania: Pensando alternativas de proteção social*. INCT-PPED. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, 2021.

PIERSON, P. Increasing returns, path dependence, and the study of politics. *The American Political Science Review*, v. 94, n. 2, pp. 251-267, 2000.

ROSSI, P. L.; DWECK, E.; OLIVEIRA, A. L. M. (Ed.). *Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil*. Autonomia Literária, 2018.

SABATIER, P. A. An advocacy coalition framework of policy change and the role of policy oriented learning therein. *Policy Sciences*, v. 21, p. 129-168, 1988.

SABOURIN, E.; GRISA, C.; NIEDERLE, P.; PEREIRA LEITE, S.; MILHORANCE, C.; DAMASCENO FERREIRA, A.; SAUER, S.; ANDRIGUETTO-FILHO, JM. Le démantèlement des politiques publiques rurales et environnementales au Brésil. *Cah. Agric.* 29: 31, 2020.

SABOURIN, E.; CRAVIOTTI, C.; MILHORANCE, C. The Dismantling of Family Farming Policies in Brazil and Argentina. *International Review of Public Policy*, 2:1, 2020, 45-67.

TOMAZINI, C. As análises cognitivas de políticas públicas: uma agenda de pesquisa. *Revista Política Hoje*, v. 27, n.1, p. 25-41, 2018.

BERNARDINO, L. T. El cambio de trayectoria en las políticas públicas. *GIGAPP Estudios Working Papers*, v. 8, n. 222-228, p. 547-562, 2021.

TOSUN, J.; SCHNEPF, J. Measuring change in comparative policy analysis: concepts and empirical approaches. In: PETERS, B. G.; FONTAINE, G. *Handbooks of Research Methods and Applications*. USA: Edward Elgar Publishing, 2020.

WEIBLE, C. M.; JENKINS-SMITH, C. The Advocacy Coalition Framework: An Approach for the Comparative Analysis of Contentious Policy Issues. In: PETERS, B. G.; ZITTOUN, P. (eds.). *Contemporary Approaches to Public Policy Theories, Controversies and Perspectives*. Palgrave Macmillan, International Series on Public Policy, 2016.

ZIMMERMANN, S. A; NICOLÁS, M. A. O desmonte da participação social nas políticas públicas para a agricultura e espaço rural no Brasil – reflexões metodológicas. IN: VALENCIA, M.; SAUER, S.; LEITE, A.; CANAVESI, F.; ÁVILA, M. (orgs). *Desenvolvimento territorial, sistemas agroalimentares e agricultura familiar*. 2. ed. [E-book]. / São Leopoldo, RS: Oikos, 2022.